

Governo não sabe como mudar URP

Como pagar aos trabalhadores o resíduo inflacionário — diferença entre a URP e o IPC, que mede a inflação oficial — que atualmente ocorre na data-base de cada categoria? Esta é a questão que atormenta o Governo, que está decidido mesmo a mudar a política salarial com o fim da URP (Unidade de Referência de Preços) como base para os reajustes salariais.

Com a decisão de baixar a inflação, "mas não pelo arrocho salarial, implícito ou explícito", o Governo está convencido de que a atual política

de rendas é prejudicial ao trabalhador, "que não é protegido pela URP, porque os salários não conseguem acompanhar os preços". Se a solução for a estabelecida pelo pacto social, de reajustes prefixados para preços e salários, mesmo assim terá que ser encontrada uma forma pela qual os trabalhadores tenham a reposição em prazos não tão elásticos como ocorre atualmente.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto, informou que as propostas de mudança da política salarial

serão discutidas na reunião do comitê dirigente do pacto, no próximo dia 11, com a presença de representantes dos partidos políticos, quando também será discutido o pacote de ajuste financeiro.

O ministro disse que o Governo trabalha com a possibilidade de uma total desindexação da economia, fato em grande parte responsável, segundo ele, pelos elevados índices da inflação dos últimos três meses. Costa Couto voltou a defender a continuidade do pacto, que está sendo eficaz no combate à hiperinflação.